



MINISTÉRIO DA SAÚDE

GABINETE DA MINISTRA

DESPACHO

O Presidente da Comissão Nacional para o Desenvolvimento da Cirurgia de Ambulatório (CNADCA) nomeada através do Despacho nº 25 832 / 2007 (Diário da República nº 218, 2ª série, de 17 de Novembro), remeteu-me o Relatório Preliminar da CNADCA para aprovação e autorização da sua colocação à discussão pública.

Analisado o trabalho em causa, é desde já possível perceber que se trata de um excelente Relatório, de elevado nível técnico e científico, que decorre de um trabalho de fundo sobre a Cirurgia de Ambulatório (CA) em Portugal e de uma análise rigorosa dos seus actuais constrangimentos, mas também potencialidades.

Com a concretização, no futuro próximo, do conjunto vasto de recomendações da CNADCA, alcançar-se-á um grande avanço na CA no nosso país.

Assim, considerando a qualidade do trabalho técnico desenvolvido, determino:

1. A aprovação desta versão preliminar do relatório e a sua imediata colocação à discussão pública, no Portal da Saúde, até ao dia 3 de Outubro de 2008;
2. A CNADCA recolherá todos os contributos que advierem da fase de discussão pública e remeterá uma versão final de Relatório para minha aprovação até ao dia 10 de Outubro;
3. A CNADCA promoverá um Congresso Nacional sobre CA, decorrente do trabalho que desenvolveu, no final de Outubro de 2008;
4. Aceitar a sugestão da Comissão de criação de um Dia Nacional da CA, propondo, para esse efeito o dia 20 de Outubro, que marcará um ano sobre o início formal dos trabalhos da CNADCA;
5. Será proposto pelo Governo, em sede de discussão do Orçamento de Estado para 2009, que a taxa moderadora aplicada à CA seja equiparada aquela que é cobrada por um dia de internamento;



MINISTÉRIO DA SAÚDE

GABINETE DA MINISTRA

6. Será proposto pelo Governo, em sede de discussão do Orçamento do SNS para 2009, o desenvolvimento de um programa de investimento nos Blocos de CA dos Hospitais do SNS;
7. Será concretizada, pelo Ministério da Saúde, até ao final de 2008, a regulamentação da dispensa de medicamentos em ambulatório para os doentes que efectuem CA, de modo a garantir que esta dispensa ocorre em condições de segurança e equidade similares à da dispensa de medicamentos para doentes internados no período pós-cirúrgico;
8. Dê-se conhecimento imediato deste Despacho aos Hospitais do SNS, às ARS, à DGS, ao ACS, à ERS e à Comissão Parlamentar de Saúde;
9. Dê-se também conhecimento imediato deste Despacho às Ordens dos Médicos e Enfermeiros, Faculdades de Medicina e Escolas Superiores de Enfermagem, e outras Escolas Superiores de Saúde e de formação de gestores hospitalares, com a solicitação, nestes casos de atenção e análise específica do capítulo sobre a Formação.

Lisboa, 11 de Setembro de 2008

A Ministra da Saúde

(Ana Maria Teodoro Jorge)